

(RE) DISCUSSÃO SOBRE AS GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO: CRÍTICA À EPISTEMOLOGIA FUNDAMENTAL – RUMINAÇÕES

(RE) DISCUSSION OF THE MAJOR AREAS OF KNOWLEDGE: CRITICISM OF FUNDAMENTAL EPISTEMOLOGY – RUMINATIONS

Icléia Thiesen

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

icleiathiesen@gmail.com

Resumo

As áreas do conhecimento, tal como estão estruturadas nos sistemas de avaliação da ciência, no Brasil, são objeto de discussão de tempos em tempos, tanto pela comunidade científica, quanto pelas próprias agências de fomento – CNPq e CAPES. O artigo formula questões debatidas em seminário realizado no IEA/USP, em 2018, e tem por objetivo problematizar alguns aspectos pertinentes ao fazer científico, sobretudo no que se refere às Humanidades, foco de ameaças de grupos que negam ou desconhecem a importância histórica e social desses domínios do conhecimento que incluem, entre outros, os campos de estudos e pesquisas da literatura, da filosofia, da música, da história.

Palavras-chave: epistemologia; humanidades; classificação do conhecimento; políticas científicas

Abstract

The areas of knowledge, as structured in science assessment systems in Brazil, are the subject of discussion from time to time, both by the scientific community and by the funding agencies themselves – CNPq and CAPES. The article asks questions debated in a seminar held at IEA / USP, in 2018, and aims to problematize some pertinent aspects

of scientific research, especially with regard to the Humanities, the focus of threats from groups that deny or ignore the historical and social importance these domains of knowledge that include, among others, the fields of study and research of literature, philosophy, music, history.

Keywords: epistemology; humanities; knowledge classification; scientific policies

Introdução¹

Cumprimento a todos os colegas da USP, ao colega da UFF e agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Rubens Russomanno Ricciardi o convite para participar deste Seminário e ao IEA/USP, que promove esse debate. Vejo essa oportunidade como um ponto de partida, mais que um porto de chegada, já que o tema abrange questões bastante largas e complexas, que vão se abrindo para outras tantas, razão pela qual merece análise mais detida e, possivelmente, muitos desdobramentos. Parece que aqui se inicia uma pesquisa que busca definir problemas a serem resolvidos mais adiante.

Busquei reiteradamente um fio condutor para aqui me expressar, por não ter domínio sobre muitos dos temas levantados inicialmente, sobretudo no que se refere à estruturação do conhecimento e às questões ligadas às artes e seu lugar nessa estrutura, além da compreensão das Humanidades hoje, tema que está na ordem do dia, a partir de uma proposta já registrada no Senado de “extinção dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Artes e Artes Cênicas das universidades públicas para as universidades privadas, presencialmente e à distância”. Optei por levantar questões mais gerais que, no meu entendimento, podem nos levar a entender o processo histórico que vem definindo o lugar de cada campo do conhecimento numa estrutura e sua hierarquização atual, não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. O que se passou desde que as áreas foram ganhando as atuais denominações? Certamente o conhecimento produzido ao longo do

1 Texto originalmente apresentado no Seminário **(Re)discussão sobre as grandes áreas do conhecimento**, IEA/USP, em 13 de abril de 2018.

tempo transformou esses conceitos. A ciência na história, mais do que a história das ciências.

No início dos trabalhos, quando este grupo foi sendo constituído, pensei que o ponto de partida seria a própria tabela de áreas do conhecimento em Ciência & Tecnologia do CNPq e da CAPES (TAC), dois órgãos de fomento no âmbito federal que, como sabemos, se encarregam dos pesquisadores e dos Programas de Pós-Graduação, respectivamente. A classificação das áreas é também usada na definição dos Comitês de Assessoramento do CNPq (CA), formados a partir de uma agregação de áreas².

Cito artigo da Profa. Rosali Fernandez de Souza que participou, como representante da área de Ciência da Informação no CNPq, da Comissão de Estudos para a reestruturação das áreas, cujos trabalhos ocorreram em 2005. O referido artigo aborda a representação da Ciência da Informação nas diversas tabelas de áreas usadas pelas agências de fomento, tema que não trato aqui, apenas recorro o que parece ser de interesse geral. Ela explica que a Tabela é usada

para fins de avaliação e gestão em níveis hierárquicos de agregação. A primeira versão da classificação data de 1976 e a segunda versão de 1982. A versão de 1984 é a que está em vigor até hoje tanto no CNPq como na CAPES. Nas últimas duas décadas foram várias as iniciativas de atualização ou mudança da TAC no CNPq e na CAPES, mas até o momento permanece em vigor a versão de 1984 (SOUZA, 2008, p. 113).

Sabe-se que a TAC foi objeto de discussões em 2005, no âmbito dessa Comissão integrada pelo Vice-Presidente do CNPq, um representante da CAPES (Renato Janine Ribeiro), outro da FINEP, além de 17 representantes de áreas. Os trabalhos tiveram a duração de cerca de 9 meses. Foram consultados os Programas de Pós-Graduação e as Associações científicas. O objetivo era menos filosófico e mais técnico, voltado para a classificação de projetos, grupos de pesquisa, bolsistas, pesquisadores e a formação dos Comitês Assessores. Houve discussão sobre interdisciplinaridade, trans, multi, pluri, etc. e a necessidade de

2 <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

se considerar a história dos campos científicos integrantes das áreas. A Tabela que veio depois sofreu pequenas alterações e não mudou conforme as propostas³. Os trabalhos foram finalizados com um relatório que, até onde se sabe, não foi publicado.

A (re)contextualização histórica permitiria compreender o que estava em jogo em cada uma dessas iniciativas e as reações e conflitos gerados no interior de diferentes segmentos dessas sociedades. Já há diversos estudos sobre cada um desses dispositivos ou instrumentos de organização do conhecimento. O conhecimento “é sempre parcial, oblíquo e perspectivo [...] porque é o efeito de uma batalha”, como afirmado por Michel Foucault (1996, p.25).

1 A Organização do Conhecimento: estrutura e classificação

Devido à relevância do tema, é vital a compreensão de que a estruturação e, portanto, a hierarquização das áreas do conhecimento define critérios de avaliação da ciência, tecnologia e, mais recentemente, inovação, definidores também de recursos ao desenvolvimento de pesquisas nos países. Constituem elementos de políticas científicas, explícitas ou implícitas. Daí a necessidade de serem compreendidos e problematizados. Não há dúvida de que a classificação é vital para toda e qualquer ciência. Em *100 palavras para começar a pensar as ciências*, Isabelle Stengers e Bernardette Bensaude-Vincent, explicam que

na economia de toda ciência, a classificação é indispensável à gestão dos conhecimentos. Desempenha idealmente uma tripla função. Ela recapitula ou ordena o saber de uma época, daí constitui um trampolim para novas hipóteses. Ela é uma ferramenta de memorização para estudantes e professores. Nesse aspecto, a visualização ou representação gráfica é capital, pois a figura constrói uma

3 As Tabelas de Áreas do Conhecimento da Capes e do CNPq, em vigor na data do Seminário do IEA/USP (13.04.2018) são as seguintes, respectivamente: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao> ; <http://www.cnpq.br/documents/10157/6296cc63-a5f2-4312-b1b2-2ae209727382>.

ordem, impõe caminhos, vizinhanças, sugere novas relações (STENGERS; BENSAUDE-VINCENT, 2003, p. 65).

A existência da ISKO — *International Society for Knowledge Organisation*, fundada em 1989, atesta a relevância dos estudos e pesquisas sobre a organização do conhecimento. Possui capítulos em diversos países e regiões. O Capítulo da ISKO Brasil⁴ foi instalado em 2007 e segue os moldes e os propósitos da ISKO Brasil, guardadas as especificidades:

A ISKO tem um escopo amplo e interdisciplinar. A missão da ISKO é promover o trabalho conceitual na organização do conhecimento em todos os tipos de formas e para todos os tipos de propósitos, como bancos de dados, bibliotecas, dicionários e a Internet. Como sociedade interdisciplinar, a ISKO reúne profissionais de diversas áreas. A ISKO conta com cerca de 600 membros em todo o mundo, de áreas como ciência da informação, filosofia, linguística, ciência da computação, além de domínios especiais como a informática médica. Publicação da revista científica líder no campo: Knowledge Organisation (KO), anteriormente denominada International Classification, fundada em 1974; publica 4 a 5 números anualmente. (<http://www.isko.org/about.html>)

Outro aspecto interessante de ser discutido para compreender as mudanças nas ciências é a “articulação entre pesquisa e disciplina”. Estudar comunidades disciplinares que “funcionam como fórum de discussão e avaliação mútua de resultados pressupõe compreender o conjunto de regras de comportamento, de linguagem e de sociabilidade. Cada disciplina tem seu *ethos* próprio, que marca a identidade de seus membros [...] sobretudo na recusa da sedução de [...] questões que excedem os limites da disciplina e ameaçam abri-la a intrusos.” (STENGERS; BENSAUDE-VINCENT, p. 114-5).

4 http://isko-brasil.org.br/?page_id=16

Ressalte-se que “as disciplinas engendram às vezes uma ortodoxia, tendo como consequências [...] “fechamentos” ou “prisões disciplinares”, o que explica também o sucesso dos apelos à pluridisciplinaridade, após mais de meio século de apelos” (STENGERS; BENSUADE-VINCENT, 2002, p. 115).

No Brasil há um crescimento expressivo de cursos que integram a área Interdisciplinar, na Capes (2014), anteriormente denominada Multidisciplinar, o que reflete não apenas um crescimento de cursos que seria explicado pela própria dinâmica da produção científica, mas também uma complexa mudança identitária nas áreas do conhecimento, o surgimento de novos problemas, etc. Daí todas as áreas terem seus “Documentos de área” e promoverem atualizações periódicas em Fóruns dos respectivos campos, onde o que se espera de cada área é debatido pelos representantes dos PPG.

A proposta de uma Epistemologia crítica, quando o conhecimento se pergunta sobre si mesmo, passa pelo estudo da institucionalização das diversas ciências e sua estruturação enquanto campos hegemônicos disputados em busca de reconhecimento, prestígio e recompensas. A avaliação da ciência desde o pós-guerras define critérios de cientificidade que, salvo engano, são incorporados e reproduzidos em diversos países, inclusive no Brasil, de forma às vezes a-crítica. Alguns aspectos históricos ainda definem caminhos das políticas de C&T no Brasil.

2 Avaliação da ciência: características e critérios

Desde a década de 1960, usa-se uma série de conceitos ou noções para designar fenômenos que regem a ciência. *Little Science, big Science*, de Derek de Solla Price, livro publicado originalmente em 1963, menciona o conhecido Efeito Matheus na ciência⁵, estabelecido por Merton, a partir da *Parábola dos dez talentos*, Evangelho de Matheus (XXV: 29): “Porque a qualquer que tiver lhe será dado, e terá em abundância; mas ao que não tiver, até o pouco que tem lhe será retirado”. (MERTON, 2013 [1963]). Fácil de ser identificado, o efeito Matheus na ciência constitui um desafio às políticas científicas engessadas e enviesadas, na sua ortodoxia, pois que podem levar a distorções.

5 Ver http://garfield.library.upenn.edu/merton/matthew_1.pdf .

Acrescente-se a esse ingrediente, a transposição de características da chamada Big Science para a avaliação de pesquisadores, grupos de pesquisa, laboratórios, bolsas, prêmios, etc. Tais paradigmas determinam critérios de cientificidade, sistema de recompensas (Bentham), distinção (Bourdieu), etc.

Tudo isso está na História e gera áreas hegemônicas e políticas científicas com resultados passíveis de contestação. A régua que avalia a produção da ciência feita deixa de fora a ciência sendo feita (Bruno Latour)? O modo de produção do campo das Humanidades pode ser identificado integralmente com o fazer de outros campos da ciência sem prejuízo do primeiro?

Há, ainda, normas estabelecidas em determinada área que são impostas e se estendem a outras. É o caso, por exemplo, dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), criados obrigatoriamente em instituições que realizam pesquisas com seres humanos. Das ciências médicas para as ciências humanas e sociais, a compreensão do que seja “a proteção dos sujeitos de pesquisa” tem causado inúmeros impactos nas pesquisas qualitativas. Longe de preservarem os “sujeitos de pesquisa” que poderiam ser objeto de constrangimento e estigmatização, como ocorre nas pesquisas médicas, tais normas redefinem estratégias metodológicas usadas nas ciências humanas e sociais, mas não apenas. A obrigatoriedade de preservar o anonimato dos entrevistados na realização das entrevistas – de história oral ou outras modalidades – impede e interfere nos estudos que abordam questões como identidade e memória. Nossos entrevistados falam em primeira pessoa e querem dizer seus nomes. Os prejuízos são imensos!

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde – CNS, criada através da Resolução 196/96, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Tem função consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa – CEP- organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam (<http://portal2.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/>).

A chamada *Scientometrics*, mais tarde denominada *Bibliometria* e, atualmente, *Métricas*, mede a produção científica a partir de indicadores e critérios quantitativos que, embora importantes na identificação de frentes de pesquisa, tendências e outros fenômenos que somente os grandes números podem manejar, o que fica de fora do sistema? Qual o lugar da Diferença no sistema de avaliação da ciência? Há que se atentar tanto para a Diferença como resistência, quanto para a Diferença que sofre resistência do Sistema.

Crítérios puramente quantitativos respondem pela qualidade da produção científica ou podem gerar o chamado “produtivismo”? Ou tornam os dois fenômenos — a produtividade e o produtivismo — indiscerníveis? Efetivamente, o que dizem os números quando apontam “os mais produtivos”, “as revistas mais qualificadas”? “os autores mais citados”? O estímulo ao “publicar ou perecer” gera artigos que, muitas vezes, não se dedicam a entender, a partir de uma análise qualitativa, por quê há os “mais produtivos”, as “revistas mais qualificadas” e os “autores mais citados”?

○ Ranking de Shangai — ranking mundial de avaliação das universidades — produz a “síndrome de Shangai”? Publica-se mais do mesmo em muitos casos? Cito algumas linhas do Manifesto de Leiden (2015) sobre métricas de pesquisa, da autoria de Diana Hicks⁶, Paul Wouters⁷, Ludo Waltman⁸, Sarah de Rijcke⁹ e Ismael Rafols¹⁰, publicado na revista *Nature*, em 2015:

Cada vez mais se utilizam dados para gerenciar a ciência. As avaliações da pesquisa, que já foram individualizadas, solicitadas e realizadas por pares, atualmente são rotineiras e baseadas em métricas. A questão é que agora a avaliação é majoritariamente dependente de dados, ao invés de juízos de valor. As métricas proliferaram: em geral bem-intencionadas, nem sempre bem informadas, e frequentemente mal aplicadas. Corremos o risco de prejudicar o sistema da ciência com as próprias

6 School of Public Policy, Georgia Institute of Technology, Atlanta, EUA.

7 Centre for Science and Technology Studies (CWTS), Universidade de Leiden, Holanda.

8 Centre for Science and Technology Studies (CWTS), Universidade de Leiden, Holanda.

9 Ingenio (CSIC-UPV), Universidade Politécnica de Valência, Valência, Espanha.

10 Centre for Science and Technology Studies (CWTS), Universidade de Leiden, Holanda; Science Policy Research Unit (SPRU), Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido; Observatoire des Science et des Techniques (OST-HCERES), Paris, França.

ferramentas projetadas para melhorá-lo, uma vez que a avaliação é cada vez mais realizada por instituições sem o devido conhecimento sobre as boas práticas e sobre a interpretação adequada de indicadores.

Os autores elencam diversos outros indicadores que surgiram ao longo do tempo e assinalam:

Como cientometristas, cientistas sociais e gestores de pesquisa, temos observado com crescente apreensão a má aplicação generalizada de indicadores na avaliação do desempenho científico. Os exemplos a seguir são apenas alguns de inúmeros casos. Em todo o mundo, as universidades tornaram-se obcecadas com a sua posição nos rankings mundiais (a exemplo do Ranking de Shanghai e da lista do *Times Higher Education* – THE), apesar dessas listas serem baseadas, no nosso ponto de vista, em dados imprecisos e indicadores arbitrários (HICKS *et al.*, 2015).

Os autores apresentam adiante 10 princípios para as melhores práticas de avaliação da pesquisa baseada em métricas, “para que os pesquisadores possam confiar em seus avaliadores, e para que os avaliadores possam confiar em seus indicadores” (HICKS *et al.*, 2015, p. 2).

Como as Universidades têm lidado com esses fenômenos no Brasil? Todas essas questões estão mais claramente visíveis nas ciências que integram a outrora denominada Big Science. Contudo, o que dizer das chamadas Humanidades?

Práticas de pesquisa específicas são de certa forma ignoradas no sistema de avaliação da ciência. Historiadores do mundo inteiro se ressentiram desses critérios que priorizam a publicação de artigos, já que suas práticas são/eram voltadas para a produção de livros e capítulos de livros, com resultados mais consolidados. Hoje o quadro já está mudando, por força da absorção de critérios internacionais pela ciência brasileira. O que isso traz como consequências?

Sabe-se que “quanto maior a nota de um Programa de Pós-Graduação, na escala de 1 a 7, mais recursos ele recebe tanto para bolsas, como para pesquisa e infraestrutura dos laboratórios. O efeito Matheus está vivo?!

Revistas novas ou relativamente novas, muitas das quais ainda sem avaliação no sistema Qualis da Capes (são avaliadas apenas após o n.3), ou com avaliação baixa no ranking acabam padecendo da doença do “1, 2 3”, ou seja, morrem no nascedouro, além da questão do conteúdo e da qualidade científica, seja porque não tiveram apoio institucional ou porque não são procuradas por pesquisadores e alunos da Pós-graduação que priorizam as revistas com melhor posição no ranking. Quanto esforço se perde nesses caminhos! Quantos talentos perdidos são conhecidos!

A internacionalização da pesquisa, critério hoje com peso para definir qualidade, pode perder de vista prioridades locais que aguardam recursos e oportunidades para produzir novos conhecimentos? E em relação às artes? À filosofia? Como medir produção nesse campo com os mesmos instrumentos utilizados para e definidos pela ciência de ponta?

Uma tradução de texto clássico do grego antigo, por exemplo, que leva às vezes anos para ser realizada, pode competir com artigos publicados em periódicos por pesquisadores dessas outras áreas do conhecimento? O que isso gera inclusive em termos de financiamento da pesquisa e de oportunidades que se perdem às vezes de forma irreversível?

A priorização de temas de pesquisa obedece a uma política científica pouco conhecida dos pesquisadores. Alguns campos do conhecimento são desvalorizados em detrimento de outras disciplinas / áreas que fazem parcerias com a indústria. CNPq, CAPES, FAPs absorveram o discurso científico dos países desenvolvidos que impõem regras, como ranking de revistas, número de citações, frentes de pesquisa etc.?

Este Seminário constitui uma oportunidade para indicar a necessidade de mudança de mentalidade no campo da pesquisa científica, tecnológica e de inovação, uma espécie de virada conceitual e hermenêutica. Essa virada seria um novo ponto de partida para rediscutir o que de fato seria uma ciência comprometida com os interesses e demandas da sociedade, senão ignorando tendências de países que já resolveram boa parte de suas mazelas sociais ou que têm suas próprias prioridades, mas focalizando as lentes investigativas em patamares condizentes com a realidade nacional de cada país, considerando a identidade e a cultura vis-à-vis a sua trajetória histórica,

não como algo engessado ou essencialista, mas como uma plataforma que faça avançar a construção dos saberes na sua singularidade. Seria uma espécie de mudança de paradigma na concepção da estrutura da ciência tal como é concebida hoje. Talvez seja ainda necessário discutir concepções de tempo bem diversas — não aquela linear e homogênea, newtoniana, típica da retórica do Estado que promove sua hegemonia, mas uma outra que considere o tempo da experiência, o tempo vivido, a intuição, a memória, a história, a arte, a vida enfim! (BERGSON, 1994).

Referências

BERGSON, H. *A intuição filosófica*. Trad., introdução e notas de Maria do Céu Patrão Neves. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). *Avaliação trienal*. 2014. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_ATT27SET.pdf. Acesso em: 09 abril 2018.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

HICKS, Diana *et al.* *Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics*. *Nature*, v. 520, p. 429-431, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/news/bibliometrics-the-leiden-manifesto-for-research-metrics-1.17351> e <http://www.leidenmanifesto.org/>. Acesso em: 09 abril 2018.

HICKS, Diana *et al.* *Manifesto de Leiden*. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/iniciativas/bibliometria-e-indicadores-cientificos/manifesto-leiden/>. Acesso em: 09 abril 2018.

MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. Organização e posfácio Anne Marcovich e Terry Shinn. São Paulo: Ed34, 2013.

SOUZA, Rosali Fernandez de. A representação da Ciência da Informação como área do conhecimento no âmbito das agências de

fomento em ciência e tecnologia no Brasil. In: I Colóquio Mediações e Usos de Saberes e Informação: um diálogo França-Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: Rede MUSSI, 2008, p. 112-124.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. Trad. Max Altman. São Paulo: Ed.34, 2002.

STENGERS, Isabelle ; BENSUADE-VINCENT, Bernadette. *100 mots pour commencer à penser les sciences*. Paris : Les empêcheurs de penser en rond/Le Seuil, 2003.

Sobre a autora

Professora Titular de Ciência da Informação da UNIRIO, Departamento de História e PPGH (Programa de Pós-Graduação em História). Coordenadora do LAHODOC – Laboratório de História oral, Informação e Documentação. Pesquisadora do CNPq.

Recebido em 17/05/2021

Aprovado em 17/08/2021